



Prova Escrita de História A

12.º Ano de Escolaridade

Prova 623/Época Especial

8 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2012

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Em caso de engano, deve riscar de forma inequívoca aquilo que pretende que não seja classificado.

Escreva de forma legível a numeração dos grupos e dos itens, bem como as respetivas respostas. As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Para cada item, apresente apenas uma resposta. Se apresentar mais do que uma resposta a um mesmo item, apenas é classificada a resposta apresentada em primeiro lugar.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

A ortografia dos textos e de outros documentos segue o Acordo Ortográfico de 1990.

GRUPO I

PORTUGAL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: MOVIMENTOS E POLÍTICAS CULTURAIS

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

Doc. 1 – Discurso de António Ferro na entrega dos prémios do Secretariado da Propaganda Nacional (1935)

Doc. 2 – *A Família* (1937), pintura de Dórdio Gomes – Prémio Columbano do Secretariado da Propaganda Nacional (1938)

Documento 1

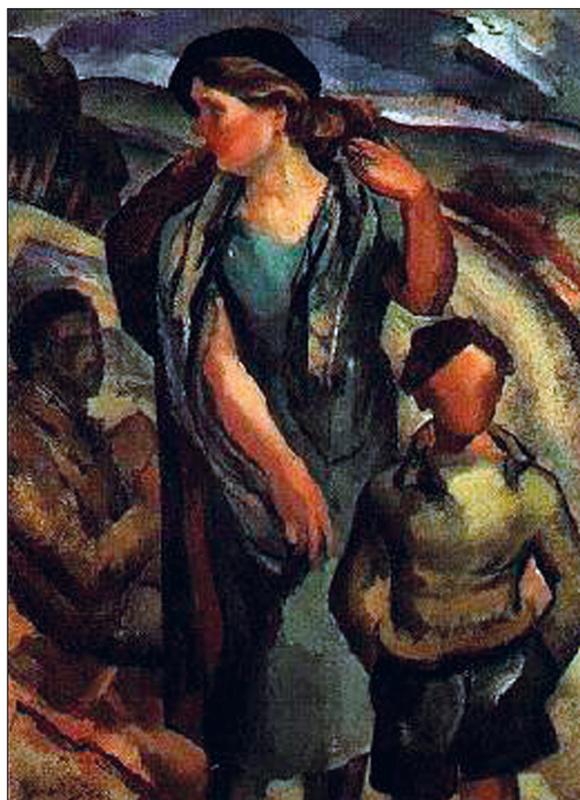
Discurso de António Ferro na entrega dos prémios do Secretariado da Propaganda Nacional (1935)

Política do Espírito é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito, é fazer o necessário para evitar certas pinturas viciosas que prejudicam a beleza, [...] a felicidade do homem. Defendê-la é combater tudo o que é feio, grosseiro, doentio. Política do Espírito é aquela que proclama a independência do Espírito, que o liberta da escravidão do materialismo tirânico [...].

Esta divagação é a própria justificação dos prémios literários criados pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN). Criando-os, não quisemos estimular a política da matéria, que já condenámos, mas a política do espírito. [...] As intenções amplamente construtivas dos nossos prémios são, portanto, facilmente compreensíveis. O SPN é um órgão da Presidência do Conselho e o Presidente do Conselho é Salazar. Quem ler, atentamente, os seus discursos e os princípios morais que neles se contêm compreenderá logo o que nós entendemos por intenções amplamente construtivas. Quem não concordar com tais princípios só tem um caminho a seguir: não concorrer aos nossos prémios [...]. Nós desejamos que a alegria se espalhe, uma alegria pura que seja movimento mas não vertigem, que seja exaltação mas não vício! [...] O que defendemos é uma vida saudável e uma arte saudável.

Documento 2

***A Família* (1937), pintura de Dórdio Gomes – Prémio Columbano do Secretariado da Propaganda Nacional (1938)**



1. Identifique três das características do modernismo presentes no documento 2.
2. Explique, a partir dos documentos 1 e 2, três das características da política cultural do Estado Novo.

Identificação das fontes

Doc. 1 – *In Ação do Secretariado da Propaganda Nacional, A Política do Espírito e os Prémios Literários do S.P.N. – Discurso de António Ferro em 21 de Fevereiro de 1935*, Lisboa, Edições SPN, 1935 (adaptado)

Doc. 2 – *In* <http://cam.gulbenkian.pt> (consultado em 10/03/2012)

GRUPO II

PORTUGAL: DA AGONIA DO ESTADO NOVO À INTEGRAÇÃO NO PROJETO EUROPEU

Este grupo baseia-se na análise dos seguintes documentos:

Doc. 1 – A «primavera marcelista», segundo Francisco Cazal-Ribeiro (1973)

Doc. 2 – A «primavera marcelista», segundo Francisco Sá Carneiro (1973)

Doc. 3 – Manifestação na Praça da República, Porto (26 de abril de 1974)

Doc. 4 – Indicadores da evolução do nível de vida em Portugal e na Europa comunitária (1970-1989)

Documento 1

A «primavera marcelista», segundo Francisco Cazal-Ribeiro* (1973)

Toda a gente conhecia a minha dedicação ao regime [...]. Nunca me neguei fosse ao que fosse desde que servisse o regime que sempre defendi e no qual me integrei desde estudante [...].

O que mais me preocupou, ao longo destes quatro anos, foi o Ultramar e a segurança interna, coisa indispensável para dar àqueles que em Angola, na Guiné e em Moçambique generosamente se batem pela integridade de Portugal e pela sua grandeza histórica e territorial. [...] Graças a Deus e a todos aqueles que não se recusaram a tudo sacrificar por ela, hoje, a África constitui, ou deve constituir, a nossa principal preocupação.

Como sempre, embora esta mais acentuadamente, temos uma Assembleia pluralista. [...] Nesta legislatura, como nas anteriores, houve sempre homens – naturalmente todos bem intencionados – mais virados à esquerda, à direita ou ao centro [...]. A situação político-económico-social do País tem evoluído muito favoravelmente nos últimos tempos. [...] O esforço que se está a fazer em todos os campos é enorme. [...] Os resultados que vêm sendo obtidos com algumas medidas são evidentes. [...] Desde que no acordo entre Portugal e o Mercado Comum se salvaguardem – e salvaguardaram-se – a unidade portuguesa e os fundamentos da sua política multicontinental, não vejo como virar as costas à Europa. [...] Como discordar e esquecer que Portugal é europeu, embora também africano?

* Deputado da ala mais conservadora da Assembleia Nacional (1965-1974).

Documento 2

A «primavera marcelista», segundo Francisco Sá Carneiro* (1973)

Tinha o dever de procurar contribuir para a alteração de um estado de coisas com que não concordava [...]. Tinha a obrigação de corresponder ao convite que me foi feito para participar nas reformas tendentes à liberalização do regime e à institucionalização do apregoado pluralismo político, a meu ver condições mesmas do progressivo desenvolvimento e da crescente autonomia do Ultramar e da própria Metrópole. [...] O que mais me preocupou, ao longo destes quatro anos, foi a questão dos direitos e liberdades da pessoa humana [...]. Contra o que se tem afirmado, não considero que a guerra nas províncias ultramarinas justifique a inexistência das liberdades públicas e dos direitos cívicos. [...]

Foi-se impondo na Assembleia e nas Comissões a disciplina da Ação Nacional Popular, progressivamente mais rígida e intolerante, o que teve como efeito o isolamento daqueles que, fiéis ao programa eleitoral de 1969, prosseguiram na defesa do pluralismo, da liberalização e da democratização. [...] Fomos intencionalmente reduzidos a uma oposição a que eram negadas quaisquer possibilidades de discutir os seus projetos. [...] Este retrocesso político traduz, a meu ver, uma reação de autodefesa do regime [...]. No campo económico e social, nota-se sobretudo o aterrador aumento dos preços e a permanência da emigração. [...] Os acordos entre Portugal e o Mercado Comum são apenas comerciais, sem implicações políticas. Elas surgirão quando essa situação, que é transitória, evoluir para a [...] adesão.

* Deputado independente, da «ala liberal» da Assembleia Nacional (1969-1973), cofundador do PPD (1974) e primeiro-ministro (1980).

Documento 3

Manifestação na Praça da República, Porto (26 de abril de 1974)



Documento 4

Indicadores da evolução do nível de vida em Portugal e na Europa comunitária (1970-1989)

	Anos	Portugal	Europa comunitária
Automóveis (por 1000 habitantes)	1973	90	224
	1988	260	358
Telefones (por 1000 habitantes)	1973	109	253
	1987	202	533
Aparelhos de TV (por 1000 habitantes)	1973	66	157
	1986	238	349
Médicos (por 1000 habitantes)	1982	1,0	1,5
	1988	2,8	2,4
Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascimentos)	1973	44,8	18,2*
	1989	12,2	8,2
Esperança de vida à nascença (idade)	1973	67,7	73,2
	1988	74,1	75,8**
Taxa de escolaridade entre os 5 e os 24 anos (%)	1970/71	48	65
	1986/87	63	72

* Dados de 1974.

** Dados de 1989.

1. Refira, a partir do documento 1, três das razões que estiveram na origem da guerra colonial.
2. Compare as duas perspetivas acerca da «primavera marcelista», expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três dos aspetos em que se opõem.
3. Desenvolva o seguinte tema:

Portugal: da «primavera marcelista» à integração na Europa comunitária.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três dos aspetos de cada um dos seguintes tópicos de desenvolvimento:

- período marcelista – a transição política falhada;
- desmantelamento do Estado Novo e criação da ordem democrática após a Revolução de Abril;
- aproximação à Europa desde 1974 até aos anos 90 do século XX.

Deve integrar na resposta, além dos seus conhecimentos, os dados disponíveis nos documentos de 1 a 4.

Identificação das fontes

Doc. 1 – In Silva Pinto (coord.), *Ser ou não Ser Deputado*, Lisboa, Editora Arcádia, 1973 (adaptado)

Doc. 2 – In Silva Pinto (coord.), *Ser ou não Ser Deputado*, Lisboa, Editora Arcádia, 1973 (adaptado)

Doc. 3 – In www.jn.pt (consultado em 25/03/2012)

Doc. 4 – José Silva Lopes, «A economia portuguesa depois do 25 de Abril: 1974-1990», in João Medina (dir.), *História de Portugal*, vol. XIX, Amadora, Ediclube, 2004 (adaptado)

GRUPO III

DESAFIOS DO MUNDO ATUAL

«Alguns passos nas nuvens da mundialização», segundo Jacques Delors* (2004)

1 Não será difícil adivinhar a que ponto as modificações que intervieram na sociedade sob a
designação geral de mundialização atraíram a minha atenção. [...] Concentrei-me nos aspetos
económicos, financeiros e sociais, que não eram a única dimensão do problema, uma vez que
5 havia ainda a vertente militar, a diplomacia, a luta contra as armas de destruição maciça, sem
esquecer os objetivos dominantes: o respeito pelos direitos do ser humano, a ética mundial,
etc.

Nas minhas muitas participações em reuniões do G7**, de 1981 a 1994, impressionara-
-me verificar que este tipo de organizações deslocava uma grande quantidade de pessoas
importantes e batalhões de jornalistas [...]. Dava a impressão de ser um diretório mundial, o
10 que só servia para exacerbar os problemas de desentendimento e de ausência de diálogo com
o resto do mundo, um facto cuja projeção era todos os anos visível nas reuniões internacionais
do Fundo Monetário e do Banco Mundial, em que se erguiam vozes para denunciar o egoísmo
e a vontade de domínio dos países ricos. Estas queixas vinham sobretudo do famoso grupo
dos não alinhados, cujos dois líderes eram, na altura, a Índia e a Jugoslávia. Não esqueçamos
15 que os mais ricos, os membros do G8, representam apenas 20% da população, mas detêm
dois terços da riqueza mundial. [...]

Foi neste espírito que pensei num «Conselho de Segurança Económico». A palavra
«segurança» tinha uma vantagem: a de dizer que os conflitos e os problemas de segurança
no mundo decorrem também de causas económicas e sociais. Mas tinha um inconveniente, o
20 de suscitar de imediato a desconfiança dos membros do Conselho de Segurança das Nações
Unidas, que é político. [...]

Esta ideia de um Conselho de Segurança Económico fez, não obstante, o seu caminho. [...] [Não foi mais longe porque] há sempre obstáculos. Por exemplo, não se conseguiu ainda o
acordo dos países ricos para o fornecimento a baixo preço de medicamentos para lutar contra
25 as grandes doenças como a SIDA e a malária.

Não há acordo entre os países ricos para abrirem os seus mercados aos produtos dos
países pobres, aos quais se acenou com o que se ia vender-lhes em vez de ajudá-los a
construir uma agricultura alimentícia autónoma. Há declarações de intenção piedosas, mas
nenhuma medida concreta para elevar a 0,7% do PIB a ajuda ao desenvolvimento. Que eu
30 saiba, só três países o conseguiram: a Suécia, a Dinamarca e a Noruega.

Somemos a tudo isto o reinado do pensamento único, com a ideia de que só o mercado pode
determinar uma boa distribuição da riqueza e de que só os financiamentos podem socorrer
esses países. É verdade que, durante dois ou três anos de euforia, as empresas privadas
investiram muito nos países em vias de desenvolvimento. Depois [...] os números baixaram
35 de uma forma dramática. [...]

Não acredito num mundo perfeito. Não acredito [...] na revolução total, com o desaparecimento
de todas as regras do capitalismo. Mas acredito – e é isso o reformismo – que é possível
melhorar pouco a pouco as coisas, que nunca nada é definitivo, mas que são necessárias as
instâncias apropriadas. As estruturas não são tudo, mas podem ajudar a avançar.

* Ministro da Economia e Finanças de França (1981-1985) e presidente da Comissão Europeia (1985-1995).

** O G7 integra os seguintes países: EUA, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Japão e, desde 1998, Rússia, passando a designar-se G8.

1. Explique, a partir do documento, três das características do processo que o autor designa por «mundialização» (linha 2).
2. Refira três dos problemas com que se debate o mundo atual, segundo a perspetiva de Jacques Delors.

Identificação da fonte

Jacques Delors, *Memórias*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004 (adaptado)

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	20 pontos
2.	30 pontos
	<hr/>
	50 pontos

GRUPO II

1.	20 pontos
2.	30 pontos
3.	50 pontos
	<hr/>
	100 pontos

GRUPO III

1.	30 pontos
2.	20 pontos
	<hr/>
	50 pontos

	<hr/>
TOTAL	200 pontos